

Os altos níveis de violência doméstica e a existência de questões de segurança na América do Sul que perpassam as fronteiras colocam a necessidade da articulação regional em torno dessas pautas. Por outro lado, a baixa institucionalização e o histórico de repressão existente na região (Operação Condor) alertam para as possíveis conseqüências sobre as liberdades democráticas que este processo de cooperação policial, judiciária e de inteligência pode acarretar. O trabalho pretende rastrear a institucionalização dessa cooperação e aquilatar os riscos aos regimes democráticos nacionais que este processo pode representar, a partir da verificação empírica dos controles democráticos existentes. Tendo este objetivo, desenvolve-se a metodologia de pesquisa: método hipotético-dedutivo e de acompanhamento de processo. A análise preliminar dos dados já coletados e da literatura especializada mostra que a cooperação securitária na região apresenta um incremento nos últimos anos, particularmente após a criação da Ameripol, da Unasul, do Conselho de Defesa Sul-Americano e de mecanismos de troca de informação no âmbito do Mercosul. Pretende-se, assim, na atual fase da pesquisa, verificar a existência de controles democráticos e relacioná-los com os riscos potenciais, para melhor compreender de que forma a cooperação securitária interestatal pode contribuir para a consolidação (ou não) dos regimes democráticos sul-americanos.